

PROCESSO
0327017/2020



DATA
27/03/2020



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

ELEMENTOS DO PROCESSO

INTERESSADO:

Secretaria Municipal de Saúde

ANDAMENTO

DESTINO

DATA

Gabinete

ANEXOS

Aquisição de Correlatos e EPI's destinadas a reposição de estoque da CAF (Central de Abastecimento Farmacêutico) para enfrentamento ao Covid-19

OBSERVAÇÕES



PROTOCOLO Nº 0327017/2020

Data: 27/03/2020

Tipo de Solicitação: Ação Administrativa

Solicitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

Descrição: AQUISIÇÃO DE CORRELATOS E EPI'S DESTINADOS A REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DA CAF (CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO) PARA ENFRENTAMENTO AO COVID-19.

Criado Por: RODOLFO CAMILO PEREIRA RAYMUNDO / COMPRAS - SMS

1º Tramitação

Origem	Destino
COMPRAS - SMS	DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Andamentos	
Data	Destino

Partes Envolvidas:

Tipo	Código	Nome
Órgão	0600	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Memorando. 03.27.003/2020- SMS

Santana do Ipanema-AL, 27 de março de 2020.

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE EPI'S E CORRELATOS, PARA USO NAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DO COVID-19.

Exmo. Sr. Prefeito,

Tendo em vista a situação do novo coronavírus que assola todo o mundo, bem como o nosso município, dando ensejo ainda ao Decreto Municipal nº 19/2020, solicitamos a **contratação emergencial** de empresa fornecedora de **EPI's e Correlatos para uso nas ações de enfrentamento do COVID-19**, com a finalidade de diminuir a probabilidade do contágio.

Considerando, por fim, que não há nenhuma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto atualmente vigente, justifica-se plenamente a solicitação em comento.

Ademais, realizada ampla pesquisa de mercado, conforme cotações anexas aos autos, identificamos o seguinte resultado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	EMPRESA QUE OFERTOU MENOR PREÇO
01	AVENTAL IMPERMEÁVEL	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00	STERILINE MEDICAL LTDA
02	AVENTAL PLÁSTICO	30	R\$ 8,00	R\$ 240,00	STERILINE MEDICAL LTDA
03	CAPETE IMPERMEÁVEL ATÉ A CABEÇA	100	R\$ 110,00	R\$ 11.000,00	STERILINE MEDICAL LTDA
04	LUVA DE PROC. EM LÁTEX TAM.P	400	R\$ 6,50	R\$ 2.600,00	STERILINE MEDICAL LTDA
05	LUVA DE PROC. EM LÁTEX TAM.G	200	R\$ 32,50	R\$ 6.500,00	STERILINE MEDICAL LTDA
06	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIO TAM. 7,0	300	R\$ 2,50	R\$ 750,00	VAL MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALAR EIRELI
07	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIO TAM. 7,5	500	R\$ 2,50	R\$ 1.250,00	VAL MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALAR EIRELI

X



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

08	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIO TAM. 8,0	200	R\$ 2,50	R\$ 500,00	VAL MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALAR EIRELI
09	TOUCA SANFONADA	60	R\$ 10,90	R\$ 654,00	STERILINE MEDICAL LTDA
10	PROTETOR FACIAL	100	R\$ 145,00	R\$ 14.500,00	STERILINE MEDICAL LTDA

Por fim, informamos que as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos financeiros provenientes da receita própria do município, consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:

Poder: 2 – Poder Executivo

Órgão: 0600 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 0607 – Secretaria Municipal de Saúde

Funcional programática:

10.122.0030.2022 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde

Órgão: 0600 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 0608 – Secretaria Municipal de Saúde

Funcional programática:

10.301.0047.2024 – Bloco de Custeio (ATENÇÃO BÁSICA) – PAB FIXO

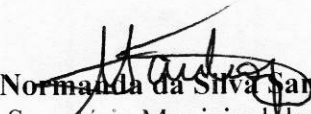
10.302.0045.2034 – Bloco de Custeio (MAC) – Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

2255 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19

Elemento de despesa:

33.90.30.000 – Material de Consumo.

Santana do Ipanema/AL, 27 de março de 2020.


Normanda da Silva Santiago
Secretária Municipal de Saúde.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DO PREFEITO



DECRETO Nº 19, DE 19 DE MARÇO DE 2020.

"Declara situação de Emergência no Município de Santana do Ipanema em decorrência do reconhecimento de Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo COVID-19 (Coronavírus) definida pela Organização Mundial de Saúde, e dá outras providências temporárias de prevenção ao contágio pelo vírus"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA, deste Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decretado pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 188, de 03 de janeiro de 2020, em virtude da disseminação global da Infecção Humana pelo Coronavírus (Covid-19), conforme Decreto 7.616 de 17 de novembro de 2011;

Considerando que a classificação da situação mundial do Novo Coronavírus como pandemia significa o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificadas como de transmissão interna;

Considerando a necessidade de se estabelecer um plano de resposta efetivo para esta condição de saúde de ampla repercussão populacional, no âmbito do Brasil e, sobretudo, no município de Santana do Ipanema;

Considerando os termos da Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

Considerando os termos da Portaria do Ministério da Saúde n.º 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando os termos do Decreto Estadual n.º 69.501, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19 (CORONAVIRUS), e dá outras providências;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DO PREFEITO



Considerando os termos do Decreto Estadual n.º 69.502, de 13 de março de 2020, que institui medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19 (CORONAVÍRUS), no âmbito dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências;

Considerando a rápida transmissão da COVID-19 em escala mundial, conforme amplamente noticiado pelos vários meios de comunicação de repercussão pública;

Considerando a necessidade de se manter a prestação dos serviços públicos municipais, sem aglomerações de pessoas independentemente do número de aglomerado;

Considerando a necessidade de divulgação dos procedimentos a serem adotados pelos órgãos municipais aos casos suspeitos de COVID-19 e de pessoas oriundas de epicentros da doença;

Considerando a necessidade de se manter a prestação dos serviços públicos municipais de saúde de forma ordeira e organizada;

Considerando a necessária adoção e informação de hábitos de higiene básicos aliada com a ampliação de rotinas de limpeza em áreas de circulação são suficientes para a redução significativa do potencial do contágio;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretada a existência de situação atípica caracterizada como Situação de Emergência, em razão da pandemia por Coronavírus (Covid-19) no Brasil, com potencial repercussão para o Município de Santana do Ipanema, por um período de 90 (noventa) dias, renováveis por igual período, caso a situação de anormalidade persista.

Art. 2º. A Situação de Emergência de que trata este Decreto autoriza a adoção de todas as medidas administrativas necessárias à imediata resposta por parte do Poder Público à situação vigente.

Art. 3º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional, decorrente do COVID-19, poderão ser adotadas as medidas de saúde para resposta à emergência previstas no art. 3º, da Lei nº 13.979, de 2020, quais sejam:

- I - isolamento;
- II - quarentena;
- III - determinação de realização compulsória de:
 - a) exames médicos;
 - b) testes laboratoriais;
 - c) coleta de amostras clínicas;
 - d) vacinação e outras medidas profiláticas;
 - e) tratamentos médicos específicos;
- IV - estudo ou investigação epidemiológica;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DO PREFEITO



V- requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa;

§ 1º - As medidas previstas neste artigo somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública.

§ 2º - Ficam assegurados às pessoas afetadas pelas medidas previstas neste artigo:

I - o direito de serem informadas permanentemente sobre o seu estado de saúde;

II - o direito de receberem tratamento gratuito;

III - o pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas, conforme preconiza o art. 3º, do Regulamento Sanitário Internacional, constante do Anexo, ao Decreto nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020.

§ 3º - Será considerado falta justificada ao serviço público ou à atividade laboral privada o período de ausência decorrente das medidas previstas neste artigo.

§ 4º - As pessoas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste artigo, e o descumprimento delas acarretará responsabilização, nos termos previstos em lei.

Art. 4º. Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19 de que trata este Decreto, nos termos do art. 24, da Lei de Licitação.

Parágrafo único. A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19.

Art. 5º. Toda pessoa colaborará com as autoridades sanitárias na comunicação imediata de:

I - possíveis contatos com agentes infecciosos do COVID-19;

II - circulação em áreas consideradas como regiões de contaminação pelo COVID-19.

Art. 6º. É obrigatório o compartilhamento entre órgãos e entidades da Administração Pública de dados essenciais à identificação de pessoas infectadas ou com suspeita de infecção pelo COVID-19, com a finalidade exclusiva de evitar a sua propagação.

Parágrafo único. A obrigação a que se refere o caput deste artigo estende-se às pessoas jurídicas de direito privado quando os dados forem solicitados por autoridade sanitária.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Saúde coordenará, com a participação das demais secretarias, a atuação específica dos órgãos municipais competentes para o combate da Situação de Emergência, juntamente com os demais profissionais abaixo relacionados:

[Handwritten signature]



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DO PREFEITO



I – Coordenador(a) Municipal de Atenção Básica;

II – Coordenador(a) de Saúde Bucal;

III – Coordenador(a) de Vigilância à Saúde;

Parágrafo único. Para implementação das ações urgentes a serem adotadas, fica a Secretaria Municipal de Saúde autorizada a editar os atos normativos complementares necessários à execução do presente Decreto.

Art. 8º. O Grupo Técnico (GT), aludido no art. 7º, tem competência deliberativa com a finalidade de aplicar as diretrizes e recomendações dos órgãos nacionais de saúde no sentido de promover o enfrentamento emergencial de saúde decorrente do coronavírus no Município de Santana do Ipanema.

§1º - O GT deverá elaborar um Plano Municipal de enfrentamento emergencial ao CORONAVÍRUS- COVID-19;

§2º - O GT deverá editar instruções normativas, no sentido de uniformizar ações e procedimentos de rotina a serem adotados em todos os órgãos públicos municipais, com a chancela do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. Os profissionais de saúde deverão observar as disposições da Lei Federal n.º 13.979/2019 e da Portaria MS n.º 356/2020, além das seguintes disposições:

§1º - A Secretaria de Saúde e demais autoridades municipais, sempre que tomarem notícias de munícipes ou pessoas em permanência no Município oriundas de epicentros do COVID-19, inclusive os nacionais, a exemplo do eixo Rio-São Paulo, deverá deslocar equipe de profissionais com o intuito de averiguar sintomatologias da doença e devida adoção dos procedimentos necessários;

§2º - Considerando o período de latência da doença de forma assintomática os profissionais de saúde podem solicitar aos munícipes ou pessoas em permanência no Município, desde que oriundas de epicentros do COVID-19, inclusive os nacionais, que se submetam a testes e exames no intuito de detectar prematuramente a doença, podendo adotar para tanto quarentena até que os resultados dos testes e exames sejam obtidos;

§3º - O município viabilizará, os meios necessários a realização dos testes e exames perante os laboratórios nacionais descritos no art. 8º da Portaria MS n.º 356/2020, seja por meio de convênios seja por meio de numerário próprio;

§4º - Em caso de confirmação da doença, os profissionais de saúde adotarão os procedimentos previstos na legislação pertinente quanto à notificação dos casos perante as autoridades de saúde Nacionais, no entanto resguardando a imagem e a dignidade do enfermo e de seus familiares, principalmente perante as redes sociais.

Art. 10. Ficam suspensas as aulas a partir do dia 23, próxima segunda-feira, nas instituições escolares, públicas e privadas, que ofertam todo e quaisquer níveis de ensino, até 03/04/2020, podendo ser prorrogado, permanecendo as atividades até sábado (21/03), para a organização das novas rotinas familiares e educacionais.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DO PREFEITO



§1º - O período compreendido no *caput* poderá ser compensado durante o período de férias do meio do ano e, de uma parte do período de férias do final do ano, caso necessário, conforme calendário letivo de 2020;

§2º - As atividades pedagógicas devem ser orientadas e acompanhadas à distância, evitando a dispersão da aprendizagem formal dos alunos, sempre que possível.

§3º - As atividades de gestão e administrativas essenciais devem permanecer, de modo presencial ou à distância.

Art. 11. Será realizado agendamento com dia e horas marcadas nas Unidades Básicas de Saúde- USB, afim de evitar aglomerações, mantendo-se também os atendimentos emergenciais e de urgências, no período de 19/03 à 03/04/2020, podendo ser prorrogado.

Parágrafo único. A disposição do *caput* se aplica aos atendimentos médicos, odontológicos e de enfermagem e demais profissionais da rede municipal de saúde.

Art. 12. Ficam suspensas as atividades desenvolvidas nos núcleos de serviços de convivência e fortalecimento de vínculo – SCFV, e as visitas domiciliares referente aos programas e serviços desenvolvidos no Centro de Referência em Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS, no período de 19/03 à 03/04/2020, podendo ser prorrogado.

Art. 13. Ficam suspensos shows, eventos e espetáculos, seja de iniciativa pública ou particular, independentemente do número de pessoas em estado de aglomeração, no período de 19/03 à 03/04/2020, podendo ser prorrogado.

Parágrafo único. A disposição do *caput*, também, se aplica a eventos esportivos em todo território municipal.

Art. 14. O Município viabilizará a devida publicitação de medidas preventivas e de esclarecimentos a toda população, seja por meio de redes sociais e de seu site institucional, seja por meio de anúncios em rádio e demais veículos de comunicação, como medida de evitar e combater as notícias falsas (fake news).

Art. 15. Para fins de gestão e acompanhamento da referida Situação de Emergência Municipal, o Prefeito poderá instituir, mediante Portaria, Comitê de Gestão de Enfrentamento do COVID-19, com a participação de representantes de todas as Secretarias do Município de Santana do Ipanema, bem como de profissionais técnicos, inclusive do setor privado, caso se revele necessário.

Parágrafo único. A coordenação do Comitê de Gestão de Enfrentamento do COVID-19 ficará a cargo do Gabinete do Prefeito.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DO PREFEITO



Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema, 19 de março de 2020.

ISNALDO BULHÕES BARROS
Prefeito

O presente Decreto foi registrado na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Patrimônio e publicado no mural do prédio da sede da Prefeitura e nos lugares públicos, em 19 de março de 2020.

Antônio de Pádua Nunes Batista
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Patrimônio.



Produtos Medicos

Produtos e Equipamentos Medicos Hospitalar EIRELI-EPP
Rua Dom Jonas Batinga, 414 - Ouro Preto - Arapiraca - AL
Fone: (82) 3521-5747 / (82) 3530-0186
CNPJ: 05.980.425/0001-28 - Insc. Estadual: 241.03811-1



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

(SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE)

SETOR DE COMPRAS

COTAÇÃO DE PREÇO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	AVENTAL IMPERMEÁVEL	UND	100	R\$ 22,00	R\$ 2.200,00
2	AVENTAL PLÁSTICO	UND	30	R\$ 11,00	R\$ 330,00
3	CAPOTE IMPERMEÁVEL ATÉ A CABEÇA	UND	100	R\$ 120,00	R\$ 12.000,00
4	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LÁTEX TAM P	CX	400	R\$ 39,00	R\$ 15.600,00
5	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LÁTEX TAM G	CX	200	R\$ 39,00	R\$ 7.800,00
6	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM 7,0	PAR	300	R\$ 2,50	R\$ 750,00
7	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM 7,5	PAR	500	R\$ 2,50	R\$ 1.250,00
8	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM 8,0	PAR	200	R\$ 2,50	R\$ 500,00
9	TOUCA SANFONADA COM ELÁSTICO DESCARTÁVEL	UND	60	R\$ 12,00	R\$ 720,00
10	PROTETOR FACIAL	UND	100	R\$ 150,00	R\$ 15.000,00
VALOR TOTAL:				R\$ 67.850,00	

Validade da proposta:	Forma de pagamento:	Entrega
60 (sessenta) dias	A vista	IMEDIATA

Arapiraca, 23 de março de 2020.

VAL-MED
Produtos Médicos
CNPJ: 05.980.425/0001-28



Cotação!!

5 mensagens

Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema <compras.pms.ipanema@gmail.com>

23 de março de 2020 16:54

Para: rafael.rufino@drogafonte.com.br

Cco: Utensilab UTENSILAB <utensilab@gmail.com>, Comercial - D&A Farma <comercial@deafarma.com.br>, Comac Comac <vendas@comacmaterialmedico.com.br>, Steriline <sterilinemedical@gmail.com>

Boa tarde!

Solicitamos dessa renomada empresa, cotação de preços, quando na informação quanto a disponibilidade, em seu rol de produtos, dos itens relacionados, indicando qual preço na comercialização dos mesmos.

--

Atenciosamente;

COORDENADORIA DE COMPRAS PÚBLICAS
PREF. MUN. DE SANTANA DO IPANEMA/AL

Contato: (82) 9.9616-4922

Livre de vírus. www.avast.com.

**CORRELATOS SAÚDE.pdf**

33K

Jefferson soares <jefferson.soares@drogafonte.com.br>

23 de março de 2020 17:00

Para: rafael rufino <rafael.rufino@drogafonte.com.br>, compras.pms.ipanema@gmail.com

Boa tarde.

Prezados (as), infelizmente não temos esses itens no momento.

JEFFERSON SOARES

COMERCIAL

jefferson.soares@drogafonte.com.br

Ramal 857

www.drogafonte.com.br

/Drogafonte Drogafontedist (81) 2102-1819

Rua Barão de Bonito, 408. Várzea - Recife - PE | CEP: 50740-080

35 ANOS
DE CRESCIMENTO

Em seg., 23 de mar. de 2020 às 16:55, rafael rufino <rafael.rufino@drogafonte.com.br> escreveu:



82 - 99909-4645 TIM
81 - 99451-6910 VIVO

"SAÚDE É NOSSA META"

[Texto das mensagens anteriores oculto]

vendas@comacmaterialmedico.com.br <vendas@comacmaterialmedico.com.br>
Para: Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema <compras.pms.ipanema@gmail.com>

24 de março de 2020 09:39

Bom Dia!

Infelizmente, estamos sem previsão de cotação para os itens em anexo, mas agradecemos pelo contato.

At.te,
Paula Karoline
Vendas e Cotações
CNPJ 01.313.995/0001-03
F. 82-2122-3979 / 99998-1468 Whatsapp
Email: vendas@comacmaterialmedico.com.br / comac_vendas@hotmail.com.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]



CORRELATOS SAÚDE.pdf

33K

Steriline <sterilinemedical@gmail.com>
Para: Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema <compras.pms.ipanema@gmail.com>

24 de março de 2020 11:33

Bom dia

Cotamos os itens que temos pra entrega.

Élida Galindo

[Texto das mensagens anteriores oculto]

—
Paulo Júnior

Steriline Medical

CNPJ. 14.743.572/0001-75

82-3221-0835/ 9.9625-5213 (Zap)



Pref. Santana-CORRELATOS.pdf

382K

Steriline <sterilinemedical@gmail.com>
Para: Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema <compras.pms.ipanema@gmail.com>

24 de março de 2020 13:17

Boa tarde

Segue orçamento alterado

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Pref. Santana-CORRELATOS-alterado.pdf

382K





Montebello
Medicamentos • Material Hospitalar



Cliente.: 601-F.M.S. DE SANTANA DO IPANEMA
Att.: COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO

Folha: 43089/0001
Data: 24/03/2020

COTACAO DE PRECOS No. .
Abertura: 24/03/2020 Horas: 09:00

Item	Quantidade Apr.	Discriminacao	Marca/Fabricante	Vlr. Unit.	Total
1	400,00 CX	LUNA PROCED. TAM. "F" C/PO CX/50 PARES	SUPER MAX	46,90	18.760,00
2	600,00 CX	LUNA PROCED. TAM. "M" C/PO CX/50 PARES	SUPER MAX	46,90	28.140,00
3	200,00 CX	LUNA PROCED. TAM. "B" C/PO CX/50 PARES	SUPER MAX	46,90	9.380,00
4	200,00 PAR	LUNA CIRURGICA ESTERIL TAM 8,0	SUPERMAX	3,85	770,00

Total Geral: 57.050,00
(CINQUENTA E SETE MIL E CINQUENTA REAIS)


DADOS BANCARIOS: BANCO DO BRASIL AG. 2811-8 C/C 123948-1
ALÍQUOTA DE ICMS 18%
OS ITENS OFERTADOS ATENDEM AS ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS
SOLICITADAS NO EDITAL.
NOS PREÇOS OFERECIDOS E NOS QUE AINDA SERÃO POR MEIO DE
LANÇES VERBAIS
ESTÃO INCLuíDOS, TAMBÉM OS CUSTOS E DESPESAS INCIDENTES SOBRE
O OBJETO
LICITADO, TAIS COMO: CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS, TRIBUTOS
INCIDENTES
, CUSTOS ADMINISTRATIVOS, SERVIÇOS, ENCARGOS SOCIAIS,
TRABALHISTAS,
LUCRO E OUTROS NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO OBJETO
DESTE
EDITAL E SEUS ANEXOS.
DECLARAMOS QUE OS NOSSOS PRODUTOS SÃO DE PROCEdIMENTA
NACIONAL.
DECLARAMOS QUE ASSUMIREMOS INTEIRA E COMPLETA
RESPONSABILIDADE PELA
PERFEITA ENTREGA DOS PRODUTOS E ESTAMOS DE ACORDO COM TODAS
AS NORMAS
DO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Validade da Proposta ... 10 (DEZ) DIAS
Prazo de Entrega A COMBINAR
Condições de Pagamento : 30 (TRINTA) DIAS

CIRURGICA MONTEBELLO LTDA
JORGE LUIZ A. F. DE OLIVEIRA
RG : 4.145.398 CPF: 66666872487

CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA. Rua Cosmorama, 710 | CEP: 51.030-640 | Boa Viagem | Recife - PE
CNPJ. 08.674.752/0001-40 | Insc. Estadual: 0352739-50 | PABX: (81) 3035.9050 | Fax: (81) 3035.9052
licitacao@cirurgicamontebello.com.br | www.cirurgicamontebello.com.br



Steriline		ORÇAMENTO PRODUTOS						
Razão social/ Nome:		Steriline Medical Ltda			Data:		27/03/2020	
CNPJ:		14.743.572/0001-75			PROPOSTA COMERCIAL N.º 00119/2020			
Endereço completo:		Abelardo Pugliese N°35, Jatiuca, Maceio-AL						
E-mail:		SterilineMedical@gmail.com						
Responsável:		Paulo Junior						
CLIENTE:	Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema							
	Endereço: R. Coronel Lucena Maranhão, 141- Centro Santana do Ipanema - AL CNPJ. 12.250.916/0001-89 Telefone: (82) 3632-1142							
Item	Qtde	Material	UNID.	Referência	PR. UNIT.	PR. TOTAL.		
1	100	AVENTAL IMPERMEÁVEL	UND		R\$ 20,00	R\$ 2.000,00		
2	30	AVENTAL PLÁSTICO	UND		R\$ 8,00	R\$ 240,00		
3	100	CAPOTE IMPERMEÁVEL ATÉ A CABEÇA	UND		R\$ 110,00	R\$ 11.000,00		
4	400	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LÁTEX TAM. P	CX		R\$ 6,50	R\$ 2.600,00		
5	200	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LÁTEX TAM. G	CX		R\$ 32,50	R\$ 6.500,00		
6	300	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM. 7,0	PAR		R\$ 3,00	R\$ 900,00		
7	500	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM. 7,5	PAR		R\$ 3,00	R\$ 1.500,00		
8	200	LUVAS CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM. 8,0	PAR		R\$ 3,00	R\$ 600,00		
9	60	TOUCA SANFONADA COM ELÁSTICO DESCARTÁVEL	UND		R\$ 10,90	R\$ 654,00		
10	100	PROTETOR FACIAL	UND		R\$ 145,00	R\$ 14.500,00		
TOTAL GERAL						R\$ 40.494,00		
Observações Complementares:								
01 - Validade da proposta 60 dias								
02 - Prazo de entrega: 3 dias								
03 - Forma de Pagamento: Empenho								
Fone/Fax: 3221-0835								
Depto. Comercial								
<div> Carimbo e assinatura do responsável</div> <div> STERILINE MEDICAL LTDA - ME Rua Cristóvão Colombo, 145 Jatiuca - CEP 07000-000 Maceio - AL Steriline Medical Ltda Paulo Jr</div>								

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA**

Rua Coronel Lucena Maranhão, 141 - Centro

Santana do Ipanema - Alagoas

CEP 57.500-000

CNPJ nº 12.250.916/0001-89

**COTAÇÃO DE PREÇOS****1 – DADOS DA EMPRESA**

Razão social/ nome: LEANDRO FERRO TORRES	CNPJ/CPF: 36.720.866/0001-14
Endereço completo: PRAÇA DA INDEPEDÊNCIA, N° 142, SALA 14	
E-mail: leandroft25@gmail.com	Fone/fax:
Responsável: LEANDRO	Celular: (82) 9-9998-3809

2 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item	Descrição	Unid. Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	AVENTAL IMPERMEÁVEL	UND	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
2	AVENTAL PLÁSTICO	UND	30	R\$ 14,00	R\$ 420,00
3	CAPOTE IMPERMEÁVEL ATÉ A CABEÇA	UND	100	R\$ 130,00	R\$ 13.000,00
4	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LÁTEX TAM. P	CX	400	R\$ 50,00	R\$ 20.000,00
5	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LÁTEX TAM. G	CX	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00
6	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM. 7,0	PAR	300	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00
7	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM. 7,5	PAR	500	R\$ 4,00	R\$ 2.000,00
8	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL TAM. 8,0	PAR	200	R\$ 4,00	R\$ 800,00
9	TOUCA SANFONADA COM ELÁSTICO DESCARTÁVEL	UND	60	R\$ 14,00	R\$ 840,00
10	PROTETOR FACIAL	UND	100	R\$ 166,00	R\$ 16.600,00
VALOR TOTAL					R\$ 67.360,00

3 – CONDIÇÕES

Validade da proposta: 60 dias	Prazo de entrega: A combinar	Forma de pagamento: Empenho
---	--	---------------------------------------

Local e data:

PALMEIRA DOS ÍNDIOS, 27/03/2020

Carimbo e assinatura do responsável

Carimbo CNPJ

Leandro Ferro Torres 09719714476
36.720.866/0001 14
Praça da Independência, 142 - Sala 13
Centro - CEP 57600-010
Palmeira dos Índios - Alagoas



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

MAPA PESQUISA DE PREÇOS E COTAÇÃO									
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	LEANDRO FERRO TORRES	STERELINE	VALMED	MONTEBELLO	MENOR PREÇO UNITÁRIO COTADO	PREÇO TOTAL
1	AVENTAL IMPERMEÁVEL	UND	100	R\$ 25,00	R\$ 20,00	R\$ 22,00	R\$ 0,00	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
2	AVENTAL PLÁSTICO	UND	30	R\$ 14,00	R\$ 8,00	R\$ 11,00	R\$ 0,00	R\$ 8,00	R\$ 240,00
3	COPETE IMPERMEÁVEL ATÉ A CABEÇA	UND	100	R\$ 130,00	R\$ 110,00	R\$ 120,00	R\$ 0,00	R\$ 110,00	R\$ 11.000,00
4	LUVA DE PROC. EM LÁTEX TAM.P	CX	400	R\$ 50,00	R\$ 6,50	R\$ 39,00	R\$ 46,90	R\$ 6,50	R\$ 2.600,00
5	LUVA DE PROC. EM LÁTEX TAM.G	CX	200	R\$ 50,00	R\$ 32,50	R\$ 39,00	R\$ 46,90	R\$ 32,50	R\$ 6.500,00
6	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIO TAM. 7,0	PAR	300	R\$ 4,00	R\$ 3,00	R\$ 2,50	R\$ 0,00	R\$ 2,50	R\$ 750,00
7	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIO TAM. 7,5	PAR	500	R\$ 4,00	R\$ 3,00	R\$ 2,50	R\$ 0,00	R\$ 2,50	R\$ 1.250,00
8	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIO TAM. 8,0	PAR	200	R\$ 4,00	R\$ 3,00	R\$ 2,50	R\$ 3,85	R\$ 2,50	R\$ 500,00
9	TOUCA SANFONADA	UND	60	R\$ 14,00	R\$ 10,90	R\$ 12,00	R\$ 0,00	R\$ 10,90	R\$ 654,00
10	PROTETOR FACIAL	UND	100	R\$ 186,00	R\$ 145,00	R\$ 150,00	R\$ 0,00	R\$ 145,00	R\$ 14.500,00
TOTAL									R\$ 38.994,00

Atenciosamente,


Hélio Moreira da Silva
Coordenador de Compras Públicas





ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO Nº 03.27.017/2020

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE EPI'S E CORRELATOS PARA USO NAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19.

DESPACHO

Considerando a carência emergencial de **aquisição de EPI's e Correlatos para uso nas ações de enfrentamento ao Covid-19**, necessários para o exercício das atribuições desta municipalidade, DETERMINO que a Comissão Permanente de Licitações adote todas as providências necessárias para a contratação do objeto, observados os termos constantes no despacho.

Sigam os autos à CPL para a adoção das providências que o caso requer.

Santana do Ipanema/AL, 27 de março de 2020.


ISNALDO BULHÕES BARROS
Prefeito



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA



PORTARIA Nº 03 /2020.

O Prefeito do Município de Santana do Ipanema, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 40 da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o que dispõe as Leis Federais 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Comissão Permanente de Licitação deste Poder Executivo, nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme descrição a seguir:

I – PRESIDENTE DA CPL

Thiago Fabricio Sandes Costa (Diretor de Licitações e Contratos Públicos) – CPF: 046.379.594-62

II – MEMBROS DA CPL

Kelyson Henrique de Oliveira Defensor (Assistente em Serviço de Assistência Social) – CPF: 102.892.144-67

Mailson Soares Vanderlei (Técnico em Secretariado) – CPF: 056.047.714-73

III – MEMBROS SUPLENTE

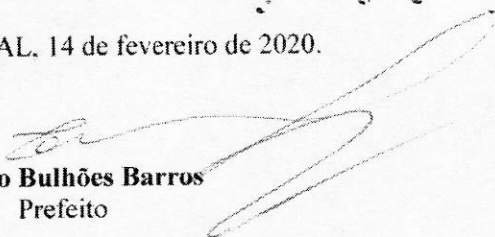
Welkison Barbosa Vilela Ferreira (Auditor Fiscal Municipal) – CPF: 010.251.314-79

Isadora Almeida Melo (Assessora Técnica de Licitações) – CPF: 084.636.884-62


Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL, 14 de fevereiro de 2020.


Isinaldo Bulhões Barros
Prefeito

A presente Portaria foi registrada na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Patrimônio e publicada através da fixação de editais no mural do prédio da Prefeitura e nos lugares públicos, como de costume, em virtude da inexistência de imprensa no Município, em 14 de fevereiro de 2020.


Antônio de Pádua Nunes Batista
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Patrimônio.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 03.27.017/2020

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde

ASSUNTO: Aquisição de EPI's e Correlatos para uso nas ações de enfrentamento ao Covid-19.

Termo de Declaração de Dispensa de Licitação

Por este Termo, AUTUA-SE o presente processo, da inicial aos documentos que a seguem, pelo que, certifica-se conter nos autos todos os elementos necessários ao pleno atendimento do disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993.

Ato contínuo, face ao contido nos autos, a Comissão Permanente de Licitações declara a **dispensa de licitação**, fundamentada no **art. 4º do Decreto Municipal nº 19/2020 nos termos do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 4º da lei 13.979/20**, para a **aquisição de EPI's e correlatos para uso nas ações de enfrentamento do Covid-19**, de forma direta, sem licitação, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em favor das seguintes empresas:

EMPRESA	CNPJ	VALOR R\$
STERILINE MEDICAL LTDA LTDA	14.743.572/0001-75	R\$ 37.494,00
VAL MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALAR EIRELI	05.980.425/0001-28	R\$ 2.500,00

Outrossim, a regularidade fiscal e trabalhista prevista no artigo 29 da Lei 8.666/93, deverá ser comprovada pela potencial contratada previamente ao pagamento.

Isto posto, tendo em vista o fornecimento imediato dos itens, não se faz necessário a elaboração de termo de contrato, conforme Art. 62, § 4º da Lei Federal 8666/93. Encaminhamos os autos à Procuradoria Jurídica para, se de acordo, emitir Parecer Jurídico favorável a contratação e proceder a análise da ordem de compra e demais atos anexos, nos termos do Art. 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei 8.666/93.

Em seguida, sigam os autos à apreciação do Chefe do Executivo Municipal para a RATIFICAÇÃO DA DISPENSA, nos termos do artigo 26 da Lei de Licitações e Contratos

CPL, em 27 de março de 2020.

Thiago Fabricio Sandes Costa
Presidente da CPL



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA

ORDEN DE COMPRA/FORNECIMENTO

PROCESSO Nº 03.27.017/2020

OC Nº 03.27.017/2020-1

DADOS DO FORNECEDOR

Razão Social: STERILINE MEDICAL LTDA		CNPJ: 14.743.572/0001-75
Endereço: Rua Abelardo Pugliese, n 35, Conj. Res. Mar Humberto, Jatiuca, Maceió/AL		Fone / Fax:
Pessoa para contato: Paulo Pereira de Carvalho Júnior	E-mail: sterilinemedical@gmail.com	Celular(es): (82)99625-5213

DETALHAMENTO DO PEDIDO

Item	Especificação do(s) Produto(s)	Unid.	Quant.	Valor	
				Unit. (R\$)	Total (R\$)
01	AVENTAL IMPERMEÁVEL	UND.	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,
02	AVENTAL PLÁSTICO	UND.	30	R\$ 8,00	R\$ 240,00
03	CAPETE IMPERMEÁVEL ATÉ A CABEÇA	UND.	100	R\$ 110,00	R\$ 11.000,00
04	LUVA DE PROC. EM LÁTEX TAM.P	CX	400	R\$ 6,50	R\$ 2.600,00
05	LUVA DE PROC. EM LÁTEX TAM.G	CX	200	R\$ 32,50	R\$ 6.500,00
09	TOUCA SANFONADA	UND.	100	R\$ 10,90	R\$ 654,00
10	PROTETOR FACIAL	UND.	60	R\$ 145,00	R\$ 14.500,00
TOTAL					R\$ 37.494,00

Por este instrumento, fica o fornecedor ciente da obrigação de realizar o fornecimento dos produtos constantes da presente Ordem de Compra/Fornecimento, na forma e condições previstas no processo administrativo nº 03.27.017/2020 e proposta de preços apresentada.

VALOR GLOBAL: **R\$ 14.345,00 (quatorze mil trezentos e quarenta e cinco reais)**

PRAZO DE ENTREGA: **IMEDIATO**

LOCAL DE ENTREGA: **MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA**

f



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA

Santana do Ipanema, XX de XXXXXX de XXXX.

ISNALDO BULHÕES BARROS
Pela INTERESSADA

PAULO PEREIRA DE CARVALHO JÚNIOR
Pelo FORNECEDOR



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA

ORDEM DE COMPRA/FORNECIMENTO

PROCESSO Nº 03.27.017/2020

OC Nº 03.27.017/2020-2

DADOS DO FORNECEDOR

Razão Social:		CNPJ:
VAL MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALAR EIRELI		05.980.425/0001-28
Endereço:		Fone / Fax:
Rua Dom Jonas Batinga, nº 414, Ouro Preto, Arapiraca/AL		(82) 3521-5747
Pessoa para contato:	E-mail:	Celular(es):
Givaldo Vieira	val-med2@hotmail.com	(82) 99927-1201

DETALHAMENTO DO PEDIDO

Item	Especificação do(s) Produto(s)	Unid.	Quant.	Valor	
				Unit. (R\$)	Total (R\$)
02	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIO TAM. 7,0	PAR	300	R\$ 2,50	R\$ 750,00
09	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIO TAM. 7,5	PAR	500	R\$ 2,50	R\$ 1.250,00
11	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIO TAM. 8,0	PAR	200	R\$ 2,50	R\$ 500,00
TOTAL					R\$ 2.500,00

Por este instrumento, fica o fornecedor ciente da obrigação de realizar o fornecimento dos produtos constantes da presente Ordem de Compra/Fornecimento, na forma e condições previstas no processo administrativo nº 03.27.017/2020 e proposta de preços apresentada.

VALOR GLOBAL: **R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**

PRAZO DE ENTREGA: **IMEDIATO**

LOCAL DE ENTREGA: **MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA**

Santana do Ipanema, XX de XXXXXX de XXXX.

ISNALDO BULHÕES BARROS
Pela INTERESSADA

VAUDILEIDE PEREIRA SANTOS
Pelo FORNECEDOR

J

PROCESSO Nº 03.27.017/2020.

INTERESSADO: **Secretaria Municipal de Saúde.**

ASSUNTO: **Aquisição de EPI's e Correlatos.**

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO. ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS. AQUISIÇÃO DE **EPI'S E CORRELATOS**. DISPENSA DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE. ART. 4º DA LEI Nº 13.979, DE 2020. DECRETO MUNICIPAL Nº 19/2020.

I – Contratação direta, mediante dispensa de licitação, de **EPI'S e Correlatos** para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

II – Admissibilidade. Hipótese de licitação dispensável prevista no art. 4º da Lei nº 13.979, 2020. Decreto Municipal nº 19/2020.

III - A contratação deve limitar-se ao atendimento da emergência decorrente da necessidade de combate ao coronavírus.

IV – Dispensa da elaboração do estudo preliminar, de posturas voltadas para o gerenciamento de risco na fase de contratação e de minuta de contrato.

V – Possibilidade de projeto básico simplificado.

VI – Pelo prosseguimento, com observância do constante no presente parecer.

RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo em que se formula consulta acerca da legalidade na contratação, por dispensa de licitação, cujo escopo é aquisição de **EPI'S e Correlatos para uso nas ações de enfrentamento do COVID-19.**

Os presentes autos foram distribuídos ao advogado signatário para análise e emissão de parecer, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, encontrando-se instruídos.

DO PARECER JURÍDICO

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade e a Administração no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados, com o exame prévio e conclusivo dos textos das minutas dos editais e seus anexos.

A função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade administrativa, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade solicitante municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos¹.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Ultrapassadas as linhas iniciais, com efeito, é sabido que a Organização Mundial da Saúde reconheceu, no dia 11 de março de 2020, que o coronavírus, responsável pela doença catalogada como COVID-19, espalhou-se por diversas partes do mundo, a ponto de tal situação merecer ser caracterizada como uma pandemia. No Brasil, já há vários casos e a totalidade do território nacional já foi considerada em situação de transmissão comunitária, aquela em que não é mais possível rastrear a origem da contaminação. Tal realidade favorece o aumento drástico do contágio viral e dificulta o combate à situação pandêmica.

Com isso, os governos federal, estaduais, distrital e municipais têm adotado severas medidas de combate à transmissão do coronavírus, almejando que, assim, os danos causados pela COVID-19 à saúde da população e à economia da nação brasileira sejam o menor possível. Nesse ponto, ressalta-se a Lei nº 13.979, de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Uma das medidas previstas no mencionado diploma legal é a excepcional hipótese de contratação de bens, serviços e insumos sem licitação, nos casos em que o objeto contratado tiver como finalidade o combate ao coronavírus.

O art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020, prevê que a licitação é dispensável nesses casos com o seguinte texto:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de

¹ Conforme Enunciado nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU, "o Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade."

[Assinatura]

engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.

Trata-se de hipótese de contratação direta temporária e destinada a uma política de saúde pública específica, o enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus. Passado todo esse contexto de combate à transmissibilidade do referido vírus, esse caso de dispensa de licitação não poderá mais ser aplicado. Ou seja, o art. 4º acima transcrito é uma norma de vigência temporária, nos termos do art. 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Sua vigência está vinculada ao estado de emergência decorrente do coronavírus.

Na presente situação, ainda vigora atualmente a mencionada situação de urgência, de modo que a norma acima transcrita ainda se encontra vigente, motivo pelo qual a Administração pode seguir seus preceitos e contratar sem licitação.

É lícito dizer que a aplicação escorreita da contratação direta em análise exige a presença de alguns requisitos de ordem temporal, material e procedimental (formal). Quanto ao temporal, é a já mencionada emergência em decorrência do coronavírus. Os requisitos procedimentais serão analisados no tópico seguinte, pelo que passamos à análise dos requisitos materiais.

A exigências de ordem material dizem respeito à configuração dos fatos geradores da dispensa prevista no art. 4º da Lei nº 13.979, de 2020. Os elementos que caracterizam tais fatos geradores foram listados no art. 4º-B.

Assim, para a incidência da hipótese de contratação direta em estudo, é preciso que: a) vigore a emergência de combate ao coronavírus (temporal); b) haja necessidade de atendimento imediato para o enfrentamento do vírus; c) estejam em risco em decorrência do coronavírus pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares; e d) limitação da contratação ao necessário para o atendimento da emergência.

Embora a norma transcrita fale que esses elementos são presumidos, deve o gestor tomar o cuidado de expor nos autos cada um desses requisitos. Assim, para possibilitar a identificação de tais requisitos, a justificativa simplificada juntada aos autos deverá responder atender ao comando da norma. **(Recomendação)**

Ademais, a Lei nº 13.979, de 2020, simplificou consideravelmente o procedimento de contratação, afastando, total ou parcialmente, a aplicação de alguns institutos exigidos pelo regime geral de contratação pública, previsto na Lei nº 8.666, de 1993. Ou seja, no aspecto procedimental, deve-se recorrer à Lei nº 8.666, de 1993, nas contratações por dispensa de licitação destinadas ao enfrentamento do coronavírus apenas naquilo que não conflite, expressa ou implicitamente, com o procedimento e com a finalidade premente de proteção da saúde, previstos na Lei nº 13.979, de 2020.

Nessa linha, apontamos que a Lei de Combate ao Coronavírus expressamente simplifica o procedimento de contratação por dispensa de licitação nos seguintes pontos:

- a. Dispensa da elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns (art. 4º-C);
- b. O gerenciamento de risco não é exigido na fase da contratação, mas apenas na execução do contrato (art. 4º-D);
- c. Aceitação de projeto básico simplificado, o qual contenha os elementos previstos no art. 4-E, § 1º da Lei em comento;
- d. Possibilidade de, excepcionalmente, o gestor dispensar, mediante justificativa, a estimativa de preço exigida pelo § 1º, inciso VI, do art. 4-E da Lei nº 13.979, de 2020; e
- e. Dispensa da apresentação dos documentos relativos à habilitação, excepcionalmente e mediante justificativa, nas situações em que houver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, ressalvadas as habilitações relativas à regularidade com a Seguridade Social e o cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição (trabalho de menores) (art. 4º-F).

Em relação ao constante na letra “e” supra, é importante destacar que a restrição de mercado a que alude o art. 4º-F da Lei de Combate ao Coronavírus configura-se não apenas nos casos de restrição de fornecedores do objeto no mercado, mas também nas situações em que a Administração tem dificuldades em encontrar no mercado empresas em condições de preencher os requisitos de habilitação.

Da análise das regras acima citadas, verifica-se que a Lei nº 13.979, de 2020, não excetuou a aplicação do art. 26 do procedimento de contratação por dispensa de licitação para o enfrentamento da emergência em decorrência do coronavírus. Assim, também deve ser observado o ritual do art. 26 da Lei Geral de Licitações, observando as seguintes etapas: a) ratificação do reconhecimento da dispensa pela autoridade superior, observados os requisitos materiais apontados no tópico anterior deste parecer; b) publicação do ato de dispensa no órgão de imprensa oficial; c) razão da escolha do fornecedor; e d) a justificativa do preço contratado.

Quanto à publicação do ato de reconhecimento da dispensa, ressaltamos que a Lei nº 13.979, de 2020, impõe uma superpublicização da dispensa de licitação para combate ao coronavírus, pois, além da publicidade do art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993, é exigida a disponibilização dessa espécie de contratação no sítio oficial do órgão contratante, devendo constar aí os elementos exigidos pelo § 3º do art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011) e mais: a) o nome do contratado; b) o número de sua inscrição junto à Receita Federal do Brasil (CNPJ); c) o prazo contratual; d) o valor do contrato; e e) o processo de contratação ou aquisição (art. 4º, § 2º, da Lei nº 13.979, de 2020).

Em relação à justificativa do preço, ressaltamos que ela não se confunde com a estimativa de preço prevista, que, em regra, deve constar no projeto básico simplificado, conforme exigência do art. 4º-E, § 1º, inciso VI, da Lei nº 13.979, de 2020. Tal estimativa tem significativa utilidade para os casos de licitação, mas nas situações de contratação direta, embora se trate de uma prática salutar, sua exigência pode ser mitigada, sobretudo numa situação de crise como a ora enfrentada. Por isso, inclusive, que o § 2º, do citado art. 4º-E, dispensa a estimativa de preço em casos excepcionais.

Já a justificativa de preço não é dispensada, pois ela se refere ao próprio preço definido concretamente no contrato. Assim, a Administração deve, minimamente, justificar os preços contratados, inclusive com a indicação da excepcionalidade da situação, que fundamenta eventuais preços elevados, mencionando-se o § 3º, do art. 4º-E, da Lei nº 13.979, de 2020, que desvincula o preço estimado do preço contratado, autorizando expressamente a Administração a contratar valores superiores ao estimado em decorrência das oscilações de mercado, tudo mediante justificativa nos autos.

Feitas as considerações da legislação especial, no caso dos autos, a **Secretaria Municipal de Saúde** justifica a contratação em decorrência da adoção de medidas no enfrentamento a pandemia do COVID-19, de modo que a não contratação direta irá/poderá ocasionar prejuízos irreparáveis, motivações estas que, aprioristicamente, atendem ao preceito da Legislação acima referendada.

Aliado a tudo isso, destaco o art. 4º, do Decreto Municipal nº 19/2020, prorrogado sucessivamente, que autoriza a dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, nos termos do art. 24, da Lei de Licitações, sendo temporária e aplicada apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional.

Desta feita, verificados os fundamentos suficientes para demonstrar teleologicamente a necessidade de contratação direta, sugeri-se:

- a) a observação das exigências da Lei nº 13.979/2020;

b) que eventual minuta contratual siga os ditames previstos no art. 55, da Lei de Licitações, embora o presente caso seja inexigível tal instrumento, conforme regra do art. 62², do mesmo diploma;

c) o cumprimento do ritual especificado no art. 26, da Lei de Licitação, e da Lei nº 13.979/2020; e


Assim, conclui-se, quanto à instrução processual, que os requisitos impostos pela legislação aplicada devem ser cumpridos no presente feito, devendo seguir as recomendações necessárias acima estipuladas.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, opinamos, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, pela inexistência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo, ressaltando o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou, caso ocorram seu afastamento, que se faça de forma motivada.

Devolvo os autos a Comissão Permanente de Licitações para prosseguimento do feito.

Santana do Ipanema, 27 de MARÇO de 2020.


Osman Gaia Nepomuceno Filho
Subprocurador
OAB/AL n.º 14.026

² Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO Nº 03.27.017/2020

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

OBJETO: **AQUISIÇÃO EPI'S E CORRELATOS PARA USO NAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DO COVID-19.**

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

Em cumprimento ao Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, considerando o que consta dos autos do presente processo, **RATIFICO A DISPENSA DE LICITAÇÃO** para aquisição de **EPI's para uso nas ações de enfrentamento do Covid-19**, com fulcro na inteligência do art. 4º do Decreto Municipal nº 19/2020 nos termos do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 4º da lei 13.979/20. Através das empresas:

1 - STERILINE MEDICAL LTDA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.743.572/0001-75, no valor global de R\$ 37.494,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e noventa e quatro reais)


2 - VAL MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 05.980.425/0001-28, no valor global de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Sigam os autos ao Setor de Compras para a adoção das medidas necessárias à efetivação da aquisição pleiteada.

Santana do Ipanema/AL, 27 de março de 2020.

ISNALDO BULHÕES BARROS
Prefeito

Cópia publicada no Quadro de Avisos desta Prefeitura em 27/03/2020, nos termos do art. 40, XVII da Lei Orgânica do Município.


Servidor responsável



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA

ORDEM DE COMPRA/FORNECIMENTO

PROCESSO Nº 03.27.017/2020

OC Nº 03.27.017/2020-1

DADOS DO FORNECEDOR

Razão Social: STERILINE MEDICAL LTDA		CNPJ: 14.743.572/0001-75
Endereço: Rua Abelardo Pugliese, n 35, Conj. Res. Mar Humberto, Jatiuca, Maceió/AL		Fone / Fax:
Pessoa para contato: Paulo Pereira de Carvalho Júnior	E-mail: sterilinemedical@gmail.com	Celular(es): (82)99625-5213

DETALHAMENTO DO PEDIDO

Item	Especificação do(s) Produto(s)	Unid.	Quant.	Valor	
				Unit. (R\$)	Total (R\$)
01	AVENTAL IMPERMEÁVEL	UND.	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
02	AVENTAL PLÁSTICO	UND.	30	R\$ 8,00	R\$ 240,00
03	CAPETE IMPERMEÁVEL ATÉ A CABEÇA	UND.	100	R\$ 110,00	R\$ 11.000,00
04	LUVA DE PROC. EM LÁTEX TAM.P	CX	400	R\$ 6,50	R\$ 2.600,00
05	LUVA DE PROC. EM LÁTEX TAM.G	CX	200	R\$ 32,50	R\$ 6.500,00
09	TOUCA SANFONADA	UND.	100	R\$ 10,90	R\$ 654,00
10	PROTETOR FACIAL	UND.	60	R\$ 145,00	R\$ 14.500,00
TOTAL					R\$ 37.494,00

Por este instrumento, fica o fornecedor ciente da obrigação de realizar o fornecimento dos produtos constantes da presente Ordem de Compra/Fornecimento, na forma e condições previstas no processo administrativo nº 03.27.017/2020 e proposta de preços apresentada.

VALOR GLOBAL: **R\$ 37.494,00** (trinta e sete mil, quatrocentos e noventa e quatro reais)

PRAZO DE ENTREGA: **IMEDIATO**

4

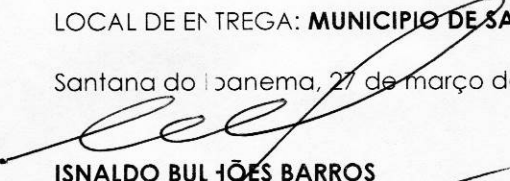
2



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA

LOCAL DE ENTREGA: **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**

Santana do Ipanema, 27 de março de 2020.


ISNALDO BULHÕES BARROS
Pela INTERESSADA


PAULO PEREIRA DE CARVALHO JÚNIOR
Pelo FORNECEDOR



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA

ORDEM DE COMPRA/FORNECIMENTO

PROCESSO Nº 03.27.017/2020

OC Nº 03.27.017/2020-2

DADOS DO FORNECEDOR

Razão Social:		CNPJ:
VAL MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALAR EIRELI		05.980.425/0001-28
Endereço:		Fone / Fax:
Rua Dom Jonas Balinga, nº 414, Ouro Preto, Arapiraca/AL		(82) 3521-5747
Pessoa para contato:	E-mail:	Celular(es):
Givaldo Vieira	val-med2@hotmail.com	(82) 99927-1201

DETALHAMENTO DO PEDIDO

Item	Especificação do(s) Produto(s)	Unid.	Quant.	Valor	
				Unit. (R\$)	Total (R\$)
02	LUA CIRÚRGICA ESTÉRIO TAM. 7,0	PAR	300	R\$ 2,50	R\$ 750,00
09	LUA CIRÚRGICA ESTÉRIO TAM. 7,5	PAR	500	R\$ 2,50	R\$ 1.250,00
11	LUA CIRÚRGICA ESTÉRIO TAM. 8,0	PAR	200	R\$ 2,50	R\$ 500,00
TOTAL					R\$ 2.500,00

Por este instrumento, fica o fornecedor ciente da obrigação de realizar o fornecimento dos produtos constantes da presente Ordem de Compra/Fornecimento, na forma e condições previstas no processo administrativo nº 03.27.017/2020 e proposta de preços apresentada.

VALOR GLOBAL: **R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**

PRAZO DE ENTREGA: **IMEDIATO**

LOCAL DE ENTREGA: **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**

Santana do Ipanema, 27 de março de 2020.

ISNALDO BULHÕES BARROS
Pela INTERESSADA

VAUDILEIDE PEREIRA SANTOS
Pelo FORNECEDOR